

Destruição ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista

Ana Carolina A. Borges da Silva¹
Adilson Marques Gennari²

Resumo

O objetivo desse ensaio é refletir sobre duas faces da mesma contradição do mundo contemporâneo: a questão da destruição ambiental bem como a compreensão da desigualdade social e como os dois temas são imbricados e inseparáveis. Desde as primeiras discussões sobre meio ambiente, nos anos 1970, a desigualdade já era colocada como questão fundamental. O fenômeno da destruição ambiental em curso anda de mãos dadas com a desigualdade social e o fenômeno global da pobreza. As populações pobres são as mais afetadas pela produção destrutiva do atual desenvolvimento capitalista. Esse fenômeno se revela de várias formas: na falta de saneamento básico, ausência de água potável, "crise dos alimentos", além da população pobre habitar áreas de maior risco. Portanto, o combate à desigualdade social depende também da conservação do meio ambiente. O encaminhamento de ambos problemas dependem de novas relações éticas, políticas e econômicas, que se desenvolva no âmbito da construção de uma nova sociabilidade para além do domínio absoluto atual dos interesses do capital.

Palavras-chaves: crise, meio ambiente, capital.

¹ Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP, com mestrado em Sociologia pela mesma instituição. É graduada em Ciências Sociais pela UNESP – Campus de Araraquara e Especialista em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra – Portugal. Realizou Estágio Doutoral junto ao LADYSS - Université Paris X -Nanterre – France e visita técnica junto ao Grupo Ecologia e Sociedade – Universidade de Coimbra – PT. É pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – PE, desde 2013 atua como pesquisadora, ambientalista e produtora cultural no sertão pernambucano. acborges@outlook.com.br

² Professor da FCLAr/UNESP; Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP e Coordenador do Grupo de Pesquisa em História Econômica Contemporânea (GPHEC/FCLAr/UNESP). gennariadilson@gmail.com



Resumen

El objetivo de este ensayo es reflexionar sobre dos caras de la misma contradicción del mundo contemporáneo: la cuestión de la destrucción del medio ambiente, así como la comprensión de la desigualdad social y cómo los dos temas son abrazados e inseparables. Desde las primeras discusiones sobre el medio ambiente, en la década de 1970, la desigualdad ya era un tema fundamental. El fenómeno de la destrucción ambiental en curso va de la mano con la desigualdad social y el fenómeno global de la pobreza. Las poblaciones pobres son las más afectadas por la producción destructiva del desarrollo capitalista actual. Este fenómeno se revela de varias maneras: la falta de saneamiento básico, la falta de agua potable, la "crisis alimentaria", además de la población pobre que vive en las zonas de mayor riesgo. Por lo tanto, la lucha contra la desigualdad social también depende de la conservación del medio ambiente. El manejo de ambos problemas depende de nuevas relaciones éticas, políticas y económicas, que se desarrollan dentro del alcance de la construcción de una nueva sociabilidad más allá del dominio absoluto actual de los intereses del capital.

Palabras clave: crisis, medio ambiente, capital.

Abstract

The purpose of this essay is to reflect on two faces of the same contradiction in the contemporary world: the issue of environmental destruction as well as the understanding of social inequality and how the two themes are embraced and inseparable. Since the first discussions about the environment, in the 1970s, inequality was already a fundamental issue. The phenomenon of ongoing environmental destruction goes hand in hand with social inequality and the global phenomenon of poverty. Poor populations are most affected by the destructive production of current capitalist development. This phenomenon is revealed in several ways: the lack of basic sanitation, the absence of drinking water, the "food crisis", in addition to the poor population living in areas at greatest risk. Therefore, the fight against social inequality also depends on the conservation of the environment. The handling of both problems depends on new ethical, political and economic relations, which develop within the scope of building a new sociability beyond the current absolute domain of capital's interests.

Keywords: crisis, environment, capital.



Introdução da questão ambiental

A década de 1970 é referência para se definir o marco do início das discussões a respeito da questão ambiental como um problema a ser enfrentado pela humanidade. Tal afirmação pode ser evidenciada com um acontecimento que abriu as discussões no âmbito institucional internacional: que foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento em Estocolmo – Suécia, em 1972. Apesar de todas as controvérsias que envolveram o debate sobre a questão do desenvolvimento econômico e a questão da preservação ambiental, seja no centro, seja na periferia do mundo, foi instaurada - mesmo a contragosto de diversos líderes políticos, principalmente das nações em desenvolvimento, como o Brasil -, a ideia de estarmos num momento onde todas as decisões no âmbito econômico ou político deveriam levar em conta a questão ambiental.

A partir da década de 1970 a questão da destruição do meio ambiente ganhou relevância nos meios intelectuais e políticos de modo a tornar-se elemento fundamental de novos movimentos sociais. No início do século XXI os motivos de tal importância já estão bem claros: convivemos no dia a dia com a destruição ambiental explicitada pela devastação das florestas tropicais, pelo efeito estufa e as dramáticas mudanças climáticas que impõe preocupação na população por todo o globo terrestre.

Foi durante a Conferência de Estocolmo que os debates em torno das causas e soluções para enfrentar a destruição ambiental foram colocados sob dois aspectos. O primeiro, trazido pelos técnicos do MIT (Massachusetts Institute of Technology), autores do Relatório Meadows e pelo Clube de Roma, colocou a proposta do crescimento zero para o mundo todo, sob a hipótese de uma catástrofe ambiental mundial. Esta proposta teve o apoio



de 77 países ditos do terceiro mundo. A segunda contribuição mencionada ao debate, segundo Herculano (1992) vem do campo marxista através do *Manifesto pela Sobrevivência*, publicado também em 1972, no qual se culpava o consumismo extremado, de interesse do industrialismo capitalista, como sendo o responsável pela degradação ambiental, conseqüentemente, a forma de combater a destruição ambiental seria combater o próprio capitalismo.

Na literatura que aborda as tensões entre o desenvolvimento capitalista e a destruição ambiental verificamos que um dos primeiros aspectos contraditórios desse processo foi classicamente levantado por um dos seus maiores críticos: Karl Marx (1986, p. 107), segundo o qual

[...] no desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são mais forças produtivas, mas forças destrutivas.

Segundo Guimarães (1988), a história da humanidade é a história de suas relações com a natureza e quanto mais avançada a sociedade tecnológica, mais íntimas e mais exigentes se tornam as inter-relações entre seres humanos e natureza. Assim, à medida que as civilizações se empenham em satisfazer necessidades e aspirações humanas crescentes, novas e mais intensas demandas são impostas ao meio ambiente.

Já para Altvater (1995) o desenvolvimento econômico é contrário à proteção do meio ambiente, na medida em que a riqueza, medida pelo grau de industrialização e pelo que ela possibilita em termos de oferta de bens de consumo e de utensílios, é aumentada na mesma proporção que a pobreza. Neste sentido, podemos dizer que os limites do desenvolvimento capitalista



e também do desenvolvimento sustentável estão na necessidade da superação do atual modo de produção, com a substituição de sua ética da exploração e da competição por novos valores.

O recente processo de mundialização do capital suscita a necessidade de um novo paradigma. Neste sentido, para Guimarães (2001) esse paradigma alternativo à globalização capitalista deve recusar o crescimento econômico ilimitado, o esgotamento dos recursos naturais e o aumento da exclusão social. Assim, a sustentabilidade depende da inter-relação entre: população (tamanho, dinâmica); organização social (padrão de produção, estratificação); entorno (ambiente, recursos naturais); tecnologia (inovação, energia) e aspirações sociais (valores, cultura), denominada “equação do POETA”.

Geralmente afirma-se que a destruição ambiental encontra nos países do Norte seus maiores responsáveis, o que de não deixa de ser verdade, entretanto, as afirmações apenas de caráter territorial podem conter armadilhas, não só porque escondem as contradições entre as classes dentro das nações, mas também porque não ressaltam a importância das ações destrutivas das corporações que se encontram tanto nos países chamados desenvolvidos do Norte quanto no Sul “em desenvolvimento”. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2001, p. 297):

os países do Norte ‘especializaram-se’ na poluição industrial e em tempos mais recentes têm conseguido exportar parte dessa poluição para os países do Sul, quer sob a forma de venda de lixo tóxico, quer por transferência de algumas indústrias mais poluentes por ser aí menor a consciência ecológica e serem menos eficazes os controles antipoluição.



A forma em que a sociedade capitalista se organiza implica necessariamente em problemas ambientais e sociais. De todos “os efeitos da poluição e da degradação ambiental em geral, os mais ameaçadores são hoje em dia o efeito estufa e a degradação da camada de ozônio” (*ibidem*) e os

fatores da transnacionalização do empobrecimento, da fome e da má nutrição tiveram entre muitas consequências adversas a da degradação ambiental. A pressão para intensificação das culturas de exportação combinadas com técnicas deficientes de geração de solos, levaram à desertificação, à salinização e à erosão. A destruição das florestas tropicais, sobretudo no Brasil e na América Latina mas também na Indonésia e nas Filipinas, é apenas o exemplo mais dramático.” (*Ibidem*, p. 296)

O autor conclui que o significado da crise mundial atual está na

acumulação das irracionalidades, no perigo iminente de catástrofe ecológica, na miséria e na fome a que é sujeita uma grande parte da população mundial – enquanto há recursos disponíveis para lhes proporcionar uma vida decente e uma pequena minoria da população vive numa sociedade de desperdício e morre de abundância -, na destruição pela guerra de populações e comunidades em nome de princípios étnicos e religiosos que a modernidade parecia ter descartado para sempre, na droga e na medicalização da vida como solução para um cotidiano alienado, asfíxiante e sem solução (*ibidem*).

Para Mészáros (1989, p. 29), “devemos ter em mente que a alienação dos meios de produção do produtor é, simultaneamente, também a perversa metamorfose de tais meios de produção em capital.” Neste sentido, toda a



maquinaria do atual estágio do capitalismo necessariamente serve mais a propósitos destrutivos do que a objetivos produtivos. Além das guerras, verifica-se um aumento na velocidade de obsolescência das mercadorias produzidas de modo que temos uma taxa decrescente de uso de todos os bens produzidos nunca antes verificada na história.

Tal processo destrutivo engendra uma crise social com uma espécie de *new apartheid* que fica evidenciado na atual reorganização urbana onde “nas cidades, os ricos se enclausuram em fortalezas, recolhem-se em condomínios cercados de muralhas e rigorosa vigilância, protegendo-se contra as ondas da pobreza.” (ALTVATER,1995, p. 25)

Curiosamente, não é o crescimento econômico em si que causa a destruição ambientais, como advogam algumas tendências ambientalistas e críticas. Compartilhamos com a ideia de Altvater segundo a qual o problema da destruição da biosfera, o efeito estufa e todos os problemas daí decorrentes, como por exemplo, o aquecimento global, é inerente à sociedade capitalista e não apenas ao crescimento econômico. Assim, “o problema não reside na dimensão dos coeficientes de crescimento econômico, mas no modo de regulação do ‘metabolismo’, da troca material entre natureza, indivíduo e sociedade” (1995, p. 30). Nesta direção, Altvater conclui que:

a sociedade industrial capitalista de modo algum soçobrará em consequência de crises econômicas; mas ela gera uma lenta crise civilizatória, uma expressão do entropismo da natureza e do sistema social, e do antientropismo da economia das transformações materiais e energéticas no processo de desenvolvimento (*ibidem*).



Neste sentido, na atual sociedade, mergulhada em profundas mudanças decorrentes do processo de globalização e de revolução constante dos meios de produção com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação e, nos dias que correm, com a introdução das inovações da chamada quarta revolução industrial e das tecnologias 5G. Evidentemente essas mudanças aprofundam as contradições da sociedade capitalista, com destaque para a crescente desigualdade social entre ricos e pobres, entre países ricos e pobres e o brutal processo de destruição ambiental, tanto no que se refere à produção de produtos supérfluos e a chamada obsolescência planejada, quanto seu impacto profundo na devastação do meio ambiente.

Neste ambiente de incorporação intensiva de inovações e, portanto, das novas conquistas tecnológicas no campo da robótica, da informática e da biotecnologia, tanto a tecnologia quanto a produtividade do trabalho dão saltos exponenciais. Se de um lado observa-se o crescimento sem precedentes da produção de mercadorias – o que vem transformando a China na nova “fábrica do mundo”, de outro lado, verifica-se um devastador impacto cuja característica principal é seu duplo aspecto: as forças produtivas do capitalismo, postas em movimento principalmente desde a primeira revolução industrial, vem se transformando em forças destrutivas com seu duplo impacto: sobre o meio ambiente (destruição ambiental) e sobre a força de trabalho (desemprego estrutural e informalização crescente), ou seja, as mesmas forças que promovem o aumento da produção, reproduz a natureza e os homens e mulheres da classe operária como dejetos de um processo de industrialização caracterizado pela hiperprodutividade do trabalho, ou seja, nunca se produziu tantas mercadorias



em tão pequeno lapso de tempo, e ao mesmo tempo, nunca se destruiu tantos empregos e a própria natureza.

A desigualdade e meio ambiente

A população mais pobre é a mais afetada pela destruição ambiental posto que sofre a um só tempo o impacto do aumento desmesurado do desemprego, que torna-se estrutural, e da devastação ambiental com a proliferação de doenças, a favelização urbana, a falta de água potável e de saneamento básico³.

A desigualdade social vem crescendo em todas as partes do mundo sendo os dados escandalosos: 1% da população concentra 50% de toda a riqueza do planeta e 70% da população global vive apenas com aproximadamente 3% da riqueza produzida⁴. Segundo o relatório das Nações Unidas de 2020, a renda e a riqueza estão cada vez mais concentradas no topo da lista de países mais ricos. A parcela dos 1% mais ricos aumentou em quase todos os países mais ricos enquanto que os países mais pobres viram sua renda e riqueza diminuir⁵.

³“Em relação à coleta de esgoto, o Brasil ainda tem muito por fazer. Quase 30% dos domicílios brasileiros ainda não têm saneamento adequado, segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2013 (IBGE). O conceito de saneamento adequado abrange serviços essenciais para tornar a moradia saudável e digna: abastecimento de água e esgotamento sanitário ligados à rede geral, coleta de lixo e iluminação elétrica”. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/escassez-de-agua/materia.html?materia=brasil-nao-trata-a-maior-parte-do-esgoto-urbano.html>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

⁴ “1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/13/economia/1444760736_267255.html>. Acesso em: 30 mar. 2020.

⁵ World Social Report 2020. Inequality in a rapidly changinf world. United Nations.



Neste sentido, é possível afirmar que a manutenção de uma estrutura social que promove a permanência, e muitas vezes o aumento da pobreza mundial, é a responsável pela mesma dinâmica que provoca a devastação ambiental; sendo desta forma duas faces do mesmo processo de produção destrutiva na nova fase do capitalismo globalizado.

Portanto, para combatermos tanto a devastação ambiental, quanto a desigualdade social, dependemos da criação de novas formas de sociabilidade, na qual a ética social esteja pautada em novos valores, contrários à estrutura capitalista do lucro a qualquer preço; a ideia de que o meio ambiente é um bem coletivo e que não se pode delimitar fronteiras a sua destruição e consequências. Isto faz com que pensemos que, a ética de uma nova sociedade deve ser pautada no senso de coletividade, onde para preservarmos o bem comum da humanidade, que está contido na natureza, devemos nos relacionar de forma coletiva também, tendo como objetivo a preservação da nossa própria espécie.

É urgente tecer uma reflexão crítica sobre as mudanças na forma de reprodução da sociedade contemporânea. Tal reflexão deve levar em conta que na acumulação ampliada do capital operam permanentemente as forças da concorrência capitalista, da concentração e centralização dos capitais num universo imerso nas lutas sociais entre classes e frações de classes. Este contexto desencadeia processos contínuos de inovações tecnológicas que podem assumir um caráter de revolução tecnológica, ou seja, pode assumir um caráter de crise e mudança de paradigma.

Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/02/World-Social-Report2020-FullReport.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2020.



Na base da mudança e da revolução em questão está, de um lado, a busca constante de diminuição dos custos e elevação dos lucros por parte das corporações capitalistas e, de outro lado, a luta das classes trabalhadoras para minimizar o grau de exploração a que estão submetidas. As implicações são profundas no que tange à diminuição dos preços das mercadorias, bem como no fenômeno da queda também acentuada da demanda de trabalhadores por todo o sistema.

Isto posto, é preciso entender que o atual processo histórico de acumulação de capital tem por corolário o aumento colossal da velocidade de rotação do capital, isto é, do tempo em que o dinheiro-capital se transforma em mercadorias e, ao completar o ciclo, volta às mãos dos capitalistas ou investidores.

Um dos aspectos perversos desse movimento do capital e suas inovações e revoluções técnicas é o fato da necessidade cada vez menor de trabalhadores no processo produtivo em função da adoção de máquinas e processos mais eficientes para enfrentar a permanente concorrência e a luta de classes, vai, no processo, como na reflexão de Marx (1980)⁶ transformando a classe trabalhadora, crescentemente, em classe supérflua, seja pela simples extinção de cargos ou funções, seja pelo corte de custos com a eliminação de postos de trabalho.

Paradoxalmente, parte significativa da população trabalhadora se vê transformada em pessoas “supérfluas” em relação às engrenagens supermodernas de uma sociedade de alta tecnologia. Simultaneamente, o aumento da produtividade do trabalho e da rotação do capital que o acompanha, ao reduzir a taxa de utilização das mercadorias produzidas, seja pelo lançamento de novos produtos ou similares, seja pela planejada

⁶ Capítulo XXIII de “O Capital”.



obsolescência dos mesmos, transforma crescentemente as mercadorias em dejetos ou entulhos, provocando o desmesurado aumento da destruição ambiental. Assim, neste processo, os seres humanos são vistos como “recursos humanos” ou “mão-de-obra”, e a natureza como “recursos naturais” inesgotáveis, para um processo irracional de produção de massas crescentes de lucros para os acionistas das corporações de escopo.

A economia da crise permanente

É preciso considerar, como o fez o filósofo Mészáros em sua obra *Para Além do Capital*, que na atual quadra histórica de crise estrutural o capital esbarra em seus limites histórico-estruturais. O fenômeno que Marx vivenciou e verificou no final do século XIX representa apenas uma gota no oceano se levarmos em conta o grau de desenvolvimento e de capacidade alienatória que o capital adquiriu no início do século XXI. Trata-se do mais alto grau da construção da edificação da reificação. O capital se transformou numa espécie de religião, ou seja, sua praxis atual consiste na captura do “espírito” dos trabalhadores, transformados em “colaboradores”. Tal praxis religiosa consiste na criação de uma avassaladora máquina de “gestão da percepção das pessoas” levada a cabo por uma gigantesca indústria da pós-propaganda, que investe bilhões de dólares por todo o globo para capturar a percepção (os investimentos capitalistas em propaganda somente são superados pelos investimentos no complexo industrial militar) e, portanto, as mentes das crianças e dos adultos, no sentido de criar indivíduos desassociados de si e reduzidos a consumidores, isto é, como não-pessoas e não-indivíduos, idólatras do mundo das mercadorias.



Os sacerdotes da nova religião do capital são os economistas, que conseguiram transformar a ciência econômica em engenharia econômica geradora de modelos e credos neoliberais. Tais ideias buscam convencer os fiéis consumidores de que “não há alternativa” além do mundo do capital e das mercadorias. Não há felicidade possível fora do mundo do *business* e dos shopping centers e de que não existe história, ou seja, desde a gruta de Jericó até o fim dos tempos, os homens viveram e viverão num infinito mercado capitalista. Além das reflexões de Walter Benjamin (2011) onde o capitalismo se transformou numa religião do desespero sem deus, o que dá a concretude religiosa é aquilo que Marx apontou em *O Capital*: os homens criam os mercados e o próprio capital e depois invertem a relação criador-criatura. Assim, todos estão submetidos ao capital, agora convertido em símbolo (BORDIEU, 1989) e objeto de veneração.

Enfim, vimos como a crise do capital é engendrada pela própria ação dos capitalistas em seu dia a dia enquanto personas do capital, ou seja, a crise é fruto de um necessário desequilíbrio entre a oferta e a demanda global gerado pela produção de mercadorias pela própria ação dos capitalistas que ao transformar dinheiro em capital (investimento ou formação bruta de capital fixo) e no afã de se apoderar de uma parte do excedente econômico, colocam na esfera da circulação proporções desiguais de valores ora na forma dinheiro, ora na forma mercadoria. Tal desproporção é necessária ao capital e aos capitalistas, pois ela é a própria expressão da desigualdade no seio da esfera da produção que tem como sentido de sua existência a produção da mais-valia. Dito de outro modo, se não existisse este desequilíbrio estrutural e a conseqüente crise, não poderia haver apropriação privada do trabalho coletivo e, portanto, não poderia existir o próprio modo de produção capitalista.



Por fim, vimos que a crise atual, vista como a crise estrutural do capital que vem desde os anos 1970, ou enquanto sua manifestação empírica representada pelo estouro da bolha financeira de 2008, tem suas origens ontológicas na crise do capital anteriormente abordada. O que chama mais a atenção em sua manifestação atual é, em primeiro lugar a sua aparência financeiro especulativa na atual fase de globalização (SOUSA SANTOS, 2002) e, em segundo lugar a forma como o capital se apoderou da esfera pública para administrar a coleta da mais-valia do sistema, para transferi-la para o capital que assume a forma eminentemente financeira e global.

Isto significa que atualmente a crise se manifesta como déficit público ou como dívida pública gigantesca na medida em que na crise estrutural, (veja, por exemplo, o caso do Brasil onde praticamente metade da arrecadação de impostos anuais é destinada ao pagamento dos juros da dívida) os capitais usam do expediente de impor uma política econômica a todos os países, que tem como objetivo remunerar o capital na forma de juros de títulos da dívida pública, de modo que toda a sociedade passa a transferir o excedente econômico para os capitais, que garantem no mínimo a taxa de juro arbitrada pelos Bancos Centrais, e ainda tem a garantia do fundo público, ou seja, o déficit público é na verdade a remuneração dos capitais privados no afã de manter sua insaciável e ontológica acumulação pela acumulação.

No coração da crise atual do capital está o interesse imperialista concreto das corporações de escopo que a um só tempo são organizações produtivas e financeiras. Senão vejamos: aprendemos com o livro terceiro da obra "O Capital" de Karl Marx que, as ações das corporações e os títulos que circulam no mercado de capitais, representam, em última instância, direitos



sobre a mais-valia futura. Isto explica a crescente importância que as expectativas (dos agentes, do mercado ou simplesmente dos investidores e especuladores) assumirão na história do capitalismo. Neste sentido, as expectativas sobre a economia determinará o preço das ações e dos títulos. Daí, as contradições, dilemas e problemas na esfera produtiva, ou nos chamados fundamentos da economia, que alteram as expectativas e provocam um ajuste *ex-ante* no valor das ações e títulos.

As instituições bancárias e financeiras se apropriam destes títulos e ações e formam uma verdadeira aristocracia financeira global. Capturam os Estados nacionais porque utilizam-se do mercado de títulos e papéis emitidos pelos Estados, assim como fazem com outros títulos em outros mercados. A desregulamentação financeira global, levada a efeito principalmente desde os anos 1990, na esteira da onda neoliberal e da globalização hegemônica, criou derivativos e novos produtos financeiros que tiveram por efeito amplificar a financeirização e o volume de capital financeiro global. No início do século XXI a massa de capital financeiro representa aproximadamente dez vezes o total de todo o PIB global. É em si mesmo uma hiper bolha financeira.

O interessante e relativamente novo é que as corporações de escopo converteram parte do seu capital em carteira de títulos e, portanto, o antes chamado capital produtivo se funde ao capital financeiro e daí surge, tanto a nova corporação de escopo, quanto o próprio capital financeiro, uma vez que o próprio lucro das corporações incluem em seu montante partes de juros e remunerações financeiras, de modo que as corporações do século XXI se apropriam da mais-valia de outra forma que as segmentadas empresas de outrora. Lenin captou em seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo* a gênese deste processo. Hoje encontramos sua maturidade,



onde o capital de uma só vez consegue capturar a mais-valia, como empresa, como banco e como sócia dos Estados Nacionais via dívidas públicas crescentes em todo o globo, transformando-se em uma massa de capital virtual.

Assim, a crise é no fundo, uma crise de superprodução de capital (tanto a crise de 2008 quanto a recente crise de 2020, que também assumiu um caráter ambiental de pandemia com a propagação global de um vírus mortal ou corona vírus). É uma crise estrutural deste capital híbrido e totalizante.

Esta nova crise assume a aparência de uma crise financeira, mas é de fato uma crise de superprodução de valor que provoca, como dantes, uma tendência à queda na taxa de lucros e a sua consequente necessidade de queimar capital. Tudo no sentido de que o capital e seus representantes necessitam restabelecer a taxa de lucro e neste sentido, a crise cria um aparente caos que tem como objetivo queimar parte do capital e reestabelecer a taxa de exploração, mesmo que para isso tenha que desindustrializar áreas inteiras do planeta e migrar para novos mercados que disponibilizam matérias-primas e força de trabalho com taxas de exploração compatíveis com seus interesses de lucros. Neste sentido, as teses clássicas de Rosa Luxemburgo sobre a necessidade do imperialismo nunca foram tão atuais.

O capital como contradição e crise permanente enfrenta resistência de um grande movimento global contra-hegemônico, que se manifesta nos fóruns sociais, nos novos movimentos sociais e nos levantes que “pipocam” pelo mundo. Segundo Barca (2012, p. 76), a classe trabalhadora é a mais interessada num outro tipo de desenvolvimento, uma vez que



as pessoas da classe trabalhadora são as mais ameaçadas pela destruição do meio ambiente, porque trabalham em ambientes perigosos, vivem nos bairros mais poluídos e têm menos possibilidades de se mudar para uma área não contaminada ou comprar alimentos saudáveis. Portanto, eles têm o maior interesse em desenvolver políticas de sustentabilidade. É do interesse da ordem social dominante ocultar esse fato e impedir a formação de alianças entre os movimentos sociais.

Portanto, a saída da crise, rumo a outra sociabilidade, encontra terreno amplo na lutas sociais e no debate intelectual em curso e possui um caráter eminentemente ecológico e, neste sentido, ir além do capital significa a conjunção mais acentuada do movimento dos trabalhadores com os movimentos eco feministas e eco socialistas e étnico-raciais em nível global rumo a outra globalização. Tais movimentos contrapõe-se ao conservador *"there is no alternative"* com o brado dos de baixo: *"outro mundo é possível"*.

Considerações Finais

Se no século XVIII o pensamento liberal clássico ainda refletia os ideais e a realidade da burguesia como uma nova classe revolucionária em relação ao passado medieval, já no primeiro quartel do século XXI esse ideário, transfigurado no chamado neoliberalismo, reflete as aspirações dos senhores do apocalipse já que as ações dos detentores do capital se transformaram em atos destrutivos do meio ambiente e das condições de vida das maiorias.



As evidências estão por todos os lados. Veja por exemplo o fato inimaginável onde um por cento da população detém aproximadamente cinquenta por cento das rendas de toda a população do globo, e veja o fato inescapável da destruição do meio ambiente por uma economia predatória e sem limites que desencadeia uma série de problemas como o aquecimento global e, por que não dizer, pandemias e ondas de fome e miséria. Portanto, desigualdade social e destruição ambiental se colocam como duas faces da mesma moeda de uma economia e sociedade do capital que tem como principal característica, o seu caráter destrutivo.

Cientistas sociais, filósofos e pesquisadores de todas as áreas já apontaram os possíveis encaminhamentos. De certo o capital é incontrolável, entretanto, ações coordenadas poderiam salvar milhões de pessoas da barbárie do capital e porque não dizer salvar a própria civilização. Substituir os combustíveis fósseis por outras fontes renováveis, de preferência o paradigma solar (CAPRA, 2012); substituir o transporte individual pelo transporte coletivo sobre trilhos; promover um amplo programa de transferência de renda e cidadania viabilizado com a simples e justa cobrança de impostos dos mais ricos; investir pesado e reestatizar os setores de serviços essenciais tais como comunicação, transporte, distribuição de alimentos, saúde e educação; viabilizar e aprofundar a reforma agrária nos países do Sul, a economia familiar e a agroecologia; propor e implementar a reforma urbana com a eliminação do fenômeno dos sem teto; viabilizar investimentos em ciência, educação e tecnologia em áreas sensíveis à implantação de uma sociedade socialmente justa e ambientalmente construtiva; implantar imediatamente um amplo programa de transferência de renda cidadã independente da renda, da classe e da escolaridade do cidadão.



Para isso é preciso não permitir os defensores do neoliberalismo e do capitalismo destrutivo de promoverem a qualquer custo políticas econômicas para a concentração de renda e para a transferência de bilhões dos fundos públicos para o capital financeiro e especulativo, como ocorre atualmente em todos os países do mundo em decorrência de políticas e recomendações suicidas das agências de fomento e regulação internacionais.

É urgente redefinir a ordem mundial, a começar pela reinvenção do FMI e do Banco Mundial. De cara inverter suas prioridades e recomendações substituindo sua orientação liberal e destrutiva para uma abordagem ambiental e socialmente justas, e neste sentido, utilizar os empréstimos e poder de barganha para redefinir o rumo da economia global, ou seja, será necessário um novo ordenamento global com novas diretrizes conectadas com os anseios das maiorias, dos movimentos dos trabalhadores, estudantes, ambientalistas, feministas, étnico-raciais e redistributivistas, ou seja, refundar a sociedade no sentido de uma economia cooperativa e solidária, indo além da lógica perversa do capital.

Referências

- ARRIGHI, G. (1994) **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP.
- ALTVATER, Elmar. **O Preço da Riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- ANDERSON, P. "Balanço do Neoliberalismo". In: SADER, E. (org.) **Pós-neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BANCO MUNDIAL. **"O combate à Pobreza no Brasil"** Relatório do Setor de Redução da Pobreza e Manejo Econômico, nº 20475-BR. Depto. do Brasil, março/2001.



- BARCA, Stefânia. (2012) "On working-class environmentalism: a historical and transnational overview". **Interface: a journal for and about social movements**. Vol. 4 (2) 61-80. November.
- BENJAMIM, Walter. (2015) "**O capitalismo como religião**". Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/garrafa/garrafa23/janderdemelo_capitalismocomo.pdf. Acesso em 16-jan-2015.
- BOURDIEU, Pierre. (1989) **O poder simbólico**. Lisboa: Difel.
- BRESSER PEREIRA, L. C. (2009) "crise e recuperação da confiança". In: **Revista de Economia Política**, Vol. 29, n. 1, pp. 133-139, jan. mar. De 2009.
- BARROS, Ricardo P. e MENDONÇA, Rosane. "Os determinantes da desigualdade no Brasil". RJ: **IPEA, texto para discussão n° 377**, jul. 1995.
- BRAGA, José C. S. "Financeirização Global – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo". In: TARARES M. C. e FIORI, L. **Poder e dinheiro**, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CÂNDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito**, São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- CAPRA, Frijof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.
- CEPAL. **Panorama social de América Latina**. Nações Unidas: 2006.
- CHESNAIS, F. "A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século". **Revista Economia e Sociedade**, n. 5: 1-30. Campinas: UNICAMP. Dez. 1995
- DEBORD, Guy. **La société du spectacle**. Paris: Éditions Camps Livres, 1967.
- DINIZ, N.; SILVA, M.; VIANA, G. (Orgs.) **O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- ESTENSSORO, Luís. "**Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**". Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2003.
- FURTADO, Celso. (1992) "Repensando o Subdesenvolvimento". **Revista Economia e Sociedade**, n. 1, Campinas, ago. 1992.
- GENNARI, Adilson M. "**os determinantes da pobreza na América do Sul: uma proposta metodológica**" *Anais do Colóquio internacional (Des)envolvimentos Contra a Pobreza*. <http://www.unimontes.br/colouquiointernacional/arquivos/63adilsonmarquesgennari.pdf>, 2008.



- GUIMARÃES, Roberto P. "A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento". In: DINIZ, N.; SILVA, M.; VIANA, G. (Orgs.) **O Desafio da Sustentabilidade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- HAYEK, F.A. Von. **O Caminho da Servidão**, 2ª ed., SP, Ed. Globo, 1977, 1ª ed. 1944.
- HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- HOUTART, François. **El Camino a La Utopia Desde Um Mundo de Incertidumbre**. Habana: Ruth Casa Editorial, 2008.
- IANNI, O. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1992.
- IVO, Anete Brito Leal. **Viver Por um Fio: pobreza e políticas sociais**. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/UFBA, 2008.
- KEMPF, Hervé. **Para salvar o planeta livrem-se do capitalismo**. Lisboa. Ed. Livre, 2009.
- KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Segundo: o processo de circulação do capital, vol. III, 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, São Paulo: CHED, 1980.
- MARX, Karl & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.
- MORA-ALFARO, Jorge. Social economic development and poverty in Latin America and the Caribbean. **MPRA, Paper n. 1529**, january 2007.
- OLIVEIRA, F. (2006a) O momento Lênin. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.75, p.23-47, jul.
- OLIVEIRA, F. (2006b) Neoliberalismo y sectores dominantes. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, p.274.



- OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. SP: Boitempo, 2003.
- PIORE, M. e SABEL, C. **The Second Industrial Divide**, NY: Basic Books, 1984.
- PNUD. **Superar la Pobreza Humana**. Informe Del PNUD sobre la pobreza. Nova York, PNUD, 2000. (AL: <http://www.undp.org/rblac/index.htm>).
- ROCHA, Sônia. "**Crise, Estabilização e Pobreza**", *Conjuntura Econômica*, <http://www.fgv.br/fgv/ibre/cecon/ensaio.htm>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Globalização e Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da. **Meio Ambiente e Movimentos Sociais: um olhar sobre as conferências oficiais das Nações Unidas na década de 1990**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2005.
- SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Recebido em 01 abr. 2019 | aceite em 13 mai. 2020

